

**ELEMENTOS PARA
ENTENDIMENTO DOS
PROCESSOS
COMUNICACIONAIS: Os
espaços dos Regimes
Prisionais Semiaberto e
Fechado em Palmas-TO**

ELEMENTS TO UNDERSTAND THE
COMMUNICATION PROCESSES: The
spaces of Provisional Detention
House and Semi-open Conditions
Male Unit in Palmas-TO

ELEMENTOS PARA LA COMPRENSIÓN
DE LOS PROCESOS DE
COMUNICACIÓN: Los espacios de la
Casa de Detención Provisional de
Palmas y de la Unidad del Régimen
Semi-abierto en Palmas-TO

Geraldo da Silva Gomes^{1, 2}

RESUMO

Para este estudo analisa os conteúdos de parte das imagens e símbolos existentes nas paredes das celas, dos pátios e corredores nos espaços da Casa de Prisão Provisória de Palmas (CPPP) e Unidade Prisional de Regime Semiaberto Masculina (URSA). Optou-se por aspectos semióticos na análise das imagens e textos distintos buscando com isso as dinâmicas dos processos comunicacionais que se manifestam.

¹ Doutorado em Ciências da Comunicação, Mestrado em Educação e graduação em Filosofia. Pesquisador da Universidade Estadual do Tocantins, Assessor Técnico Cesaf/Ministério Público do Estado do Tocantins. Email: gefigo@gmail.com.

² Endereço de contato do autor (por correio): Cesaf/MPE-TO, Quadra 202 Norte, Avenida LO 4, Conjunto 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Palmas- TO, Brasil, CEP 77.006-218.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; sistema prisional; linguagem; imagem; análise.

ABSTRACT

The research analyzed contents from the images and symbols on the cells' walls, courtyards and corridors in the spaces of the Provisional Detention House of Palmas and Semi-open Conditions Male Unit. Semiotic aspects were chosen with different images and texts searching some dynamics of the communicational processes are occurring in these spaces.

KEYWORDS: Communication; Prison system; language; image; analysis.

RESUMEN

La investigación analizó los contenidos de las imágenes y símbolos presentes en algunos muros, patios en los pasillos y celdas en los espacios de la Casa de Detención Provisional de Palmas y de la Unidad Masculina Semi-abierta. Aportes semióticos fueron elegidos para analizar diferentes imágenes y textos que presentan parte de las dinámicas de los procesos comunicacionales que están ocurriendo en estos espacios.

PALABRAS CLAVE: comunicación; sistema penitenciario; lenguaje; imagen; análisis.

Recebido em: 02.05.2017. Aceito em: 30.11.2017. Publicado em: 01.04.2018.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 2, Abril-Junho. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p201>

Introdução

Os espaços prisionais com seus respectivos regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade manifestam códigos próprios de identificação para os grupos que ora se estabelecem ora já se encontram estabelecidos no combate pela hegemonia do poder local, como também forma de manutenção de existência individual cotidiana.

O estudo sobre os processos comunicacionais nesses espaços é resultante de observações, registros fotográficos e do diálogo com os atores que neles trafegam, como promotores (as) de justiça, assistentes sociais, agentes de ressocialização e psicólogos (as). Além da observação e escuta, busca-se verificar com o suporte dos textos produzidos nos campos jurídico, educacional e das ciências sociais detectar como mecanismos e dispositivos dos processos comunicacionais acontecem.

O espaço, mesmo vasto, é o objeto de estudo, nele se encontrou traços e finas camadas de mensagens que indicam a presença do combate de facções (com representantes supostamente incorporados a elas ou aqueles que almejam ter algum pertencimento), além imagens que trazem a presença de elementos subjetivos das pessoas que vivem nesses locais. No acompanhamento de algumas das inspeções técnicas com membros do Ministério Público, nos espaços da Casa de Prisão Provisória de Palmas (CPPP), das Unidades Prisionais Feminina e de Regime Semiaberto Feminina e Masculina (URSA), a partir de 2014, pode se dar atenção às marcas de processos comunicacionais lá existentes.

A escuta dos indivíduos, caso a caso, não é objeto de estudo. Ao trilhar a observação dos espaços, metodologicamente optou-se por aspectos semióticos na análise das imagens e textos distintos existentes nas paredes dos pavilhões e

celas destinadas aos reeducandos condenados por homicídio, latrocínio, estupro, pedofilia, tráfico de drogas e demais crimes, bem como aqueles que estão cumprindo a pena em regime semiaberto.

Em estudo anterior, buscou uma aproximação a este objeto amplo que é o espaço, enquanto local que empareda, (des) acolhe, interna pessoas por atos infracionais cometidos, no caso de jovens no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) em Palmas (GOMES, 2016). A empreitada é sequenciada por esta busca de maior entendimento do diálogo dos signos em produção e em circulação nos espaços de internamento e alojamento.

Para este estudo específico, trabalha-se com conteúdos que foram levantados pelas imagens e símbolos existentes nas paredes das celas, dos pátios, corredores nos espaços da Casa de Prisão Provisória de Palmas (CPPP) e Unidade Prisional de Regime Semiaberto Masculina (URSA).

Pontos de partida para as análises

A busca de diálogo para o entendimento, também, da violência - que ora conduz os indivíduos para esses espaços ora continua a ser reproduzida, com outros elementos, recriando-se e transmutando-se constantemente -, tem encontrado vozes de interlocução. Salienta-se a contribuição dos estudos de Silva (2012) sobre o ambiente carcerário.

O ponto de partida é a realidade dos indivíduos no ambiente carcerário, que estabelecem o eixo da relação entre o mundo objetivo e suas subjetividades, construídas a partir da privação do direito fundamental "a liberdade", enquanto condição indispensável para a "humanização" do homem. A perda de liberdade ultrapassa a estrutura orgânica e se estabelece na singularidade do sujeito, este que sequer percebe sua incapacidade de objetivação com autonomia, pois que na estrutura capitalista, para existir, possui como condição sine qua non a comercialização de sua vida. (SILVA, 2012: p.12- 13)

Com o suporte teórico de demais autores (as) e pesquisadores (as), com diferentes lugares de fala e de atuação, em especial sobre suas angulações teóricas e metodológicas sobre a análise e busca de respostas de enfrentamentos para com as problemáticas presentes no sistema prisional brasileiro (JESUS FILHO, 2006; BITTENCOURT, 2011; BATISTA, 2011; CARVALHO, 2010) e, com conhecimentos sistematizados por uma nova safra de estudos acadêmicos recém realizados por agentes na prestação de serviços jurisdicionais (BELLEZZIA, 2015; CABRAL, 2015; GONZAGA, 2015; OLIVEIRA, 2015; ROSTIROLLA, 2015; ALCANTARA, 2016; CALDAS, 2016; NUNES, 2016; PARO, 2016; MIRANDA, 2017; NARDO, 2017), o sistema prisional brasileiro desrespeita as normas constitucionais do Estado, sobrepondo com práticas punitivas e discriminatórias tudo aquilo que o País traz em seu ordenamento jurídico e dos pactos internacionais, dos quais é signatários, sobre o respeito e proteção da dignidade humana.

Distante se está ainda do preconizado pela Lei nº 7.210, de 11 Julho de 1984 – mais conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), embora haja por parte de grupos conservadores, das mais diversas tendências, uma crescente defesa para que leis mais rigorosas sejam implantadas. É extremamente válido recordar o alertado por Salo de Carvalho (2010), tantas vezes utilizado e reconhecido em outras produções teóricas e analíticas:

“o sintoma contemporâneo ‘vontade de punir’, atinge os países ocidentais e que desestabiliza o sentido substancial de democracia, propicia a emergência das macropolíticas punitivistas (populismo punitivo), dos movimentos políticos-criminais encarceradores (lei e ordem e tolerância zero) e das teorias criminológicas neoconservadoras (atuarismo, gerencialismo e funcionalismo sistêmico”. (CARVALHO, 2010: p.9)

Cada ambiente prisional possui particularidades em relação aos demais

existentes, embora possam ser agrupados por aqueles que são controlados por facções criminosas associadas ou em latente peleja pelos poderes de atuação interna quanto externa. Também ressalta-se que em muitos ambientes a presença e atuação efetiva de grupos religiosos já começa a ser também elemento diferenciador dos espaços.

Essas particularidades se fazem notar na linguagem, pelos textos e imagens circulantes. Essa linguagem para olhos e percepções de muitas pessoas fora do espaço prisional podem ser apenas rabiscos de palavras mal escritas ou desenhos inacabados. O por detrás deles segredos codificados, cifrados ou por meio de outras linguagens ocorrem.

O uso de códigos, cifras, siglas e imagens fazem parte de processos comunicacionais não somente dos espaços prisionais, pois seu uso, por mais que pareça obscuro para alguns grupos tem pleno significado para outros. É um processo de identificação dos grupos sociais. As mensagens, e com possíveis enigmas presentes, somente tem reconhecimento pelos emissores e receptores específicos. Na atualidade, está mais do que comum o uso de códigos a partir da constante presença de aparatos infotecnológicos na vida dos indivíduos, até mesmo o verbo criptografar, isto é, transpor para uma escrita secreta, por meio de códigos e cifras, um conjunto de conteúdos. Existem lógicas e mecanismos para a compreensão desses conteúdos, seja na sociedade dos indivíduos em liberdade, como também naquelas de aprisionamento.

Ao se partir para busca dos textos e imagens nos espaços prisionais é importante se ater a conhecimentos básicos sobre os significados e os usos de anagramas, acrônimos e siglas, citações numéricas ou textuais religiosas como bíblia (em suas diversas traduções cristã-católica ou cristã-protestante), bem como as gírias advindas dos extratos socioculturais dos apenados, ensinadas

pelo efeito da repetição pela mídia televisiva (nos espaços prisionais em Palmas, os aparelhos de TV tem livre presença nas celas) ou criadas no seio daquela comunidade de encarceramento. Uma consideração de Blake (2010) é importante para ser posta à baila nesse momento da reflexão:

(...) People who work together, live in the same area, or congregate through common interests are likely to develop distinctive forms of language that are a barrier to communication with the wider language community. (...) Sometimes it arises from the specialized terminology or jargon of an occupation or leisure pursuit, but often it comes from a conscious desire for demarcation from the larger community. Language is an important marker of identity and people often foster a distinctive vocabulary, particularly of a colloquial variety³. (p. 5)

Em paredes dos corredores e celas da CPP e das instalações da Unidade de Regime Semiaberto (Ursa), antes do incêndio no mês de agosto de 2016, é comum encontrar tanto as abreviações⁴ para as facções como CV (Comando

³ "Pessoas que trabalham juntas, vivem na mesma área ou se reúnem através de interesses comuns provavelmente desenvolverão formas distintivas de linguagem que são uma barreira para a comunicação com a comunidade linguística mais ampla. (...) Às vezes, surge da terminologia especializada ou jargão de uma ocupação ou lazer, mas muitas vezes vem de um desejo consciente de demarcação da comunidade maior. A língua é um importante marcador de identidade e muitas vezes as pessoas promovem um vocabulário distinto, particularmente de uma variedade coloquial. Entre os criminosos e outros que tendem a atrair a atenção das autoridades, desenvolve-se frequentemente um calão elaborado, uma mistura de gírias e jargões". (Tradução livre do autor)

⁴ Nos espaços não foram encontradas as abreviações de outras facções, que se encontram circunscritas às demais unidades federativas do país tais como: Acre: Bonde dos 13; Alagoas: Firma; Amapá: GDA – Gangue da Ponte; Amazonas: Bonde dos 40 (também no Piauí), Primeiro Comando do Norte (também em Roraima e Ceará), 300 Espartanos; Bahia: Bonde do Maluco, DPM, MPA, Bonde do Ajeita, Katiara, Comando da Perna, Caveira, Terceiro Comando; Ceará: Guardiões do Estado; Espírito Santo: Primeiro Comando de Vitória; Maranhão: Primeiro Comando do Maranhão, Bondinho da Ilha, Primeiro Grupo do Estreito, B40 – Bando dos 40, ADM – Anjos da Morte; COM – Comando Organizado do Maranhão (MA), Bonde dos 300; Mato Grosso do Sul: Primeiro Comando da Liberdade, Grupo G, PLD - Paz, Liberdade e Direito, Manos, PCMS – Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul (ligada ao PCC); Mato Grosso: Bad Boys, Baixada Cuiabana (MT), Comando Verde; Minas Gerais: Comando Mineiro de Organizações Criminosas, PJJ - Paz, Justiça e Liberdade, Primeiro Comando Mineiro, Primeiro Comando das Minas Gerais; Pará: Equipe Rex, Comando Classe A, Bonde dos 30; Paraíba: Al-Qaeda, Estados

Vermelho) e PCC (Primeiro Comando da Capital). Algumas das vezes, de acordo com falas aleatórias de funcionários desses locais, as siglas são rabiscadas por indivíduos sem ligação alguma com as facções, são colocadas mais para provocar os demais agentes que se fazem presentes no sistema prisional.

As dependências da Unidade de Regime Semiaberto de Palmas (URSA), em 05 de março de 2014, aconteceu um incêndio que destruiu o alojamento no qual 82 pessoas estavam instaladas. O incêndio foi considerado criminoso pelos investigadores, com 12 suspeitos envolvidos. Ninguém saiu ferido. De 15 a 28 setembro de 2015, as dependências da URSA foram reformadas e ampliadas, naquele momento 79 reeducandos foram autorizados a sair do local por representante delegado do Poder Judiciário.

Tempos depois, em 30 de agosto de 2016, outro incêndio ocorreu na URSA, desta vez comprometendo totalmente a estrutura do local. Nenhuma das

Unidos; Paraná: Primeiro Comando do Paraná; Pernambuco: Comando Norte/Nordeste; Piauí: PCM - Primeiro Comando de Campo Maior, PCE – Primeiro Comando de Esperantina (PI), Facção Criminosa de Teresina; Rio de Janeiro: Milícias, Povo de Israel, ADA – Amigos dos Amigos (também no Ceará e Espírito Santo), IDI - Inimigos dos Inimigos, Amigos de Israel; Rio Grande do Norte: PCN - Primeiro Comando de Natal, SDC – Sindicato do Crime (também na Paraíba); Rio Grande do Sul: Bala na Cara, Os Tauras, V7; Os Abertos (RS); Unidos Pela Paz, CPC – Comando Pelo Certo, Amigos Leais, Manos; Rondônia: Amigos Leais, Crime Popular; Roraima: Primeiro Comando da Mariola; Santa Catarina: PGC – Primeiro Grupo Catarinense, PCRV – Primeiro Crime Revolucionário Catarinense, CL – Comando Leal, Serpente Negra, PL- País Livre (SC), PGO – Primeiro Grupo de Oposição, FRC - Força Revolucionária Catarinense; São Paulo: RBC – Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (SP), CDL – Comando Democrático da Liberdade, Gaviões da Fiel, Cerol Fino, Comissão Democrática da Liberdade, Seita Satânica; Sergipe: Comando da Paz (também na BA), PCM - Primeiro Comando Metropolitano. As fontes consultadas (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-tem-pelo-menos-83-faccoes-em-presidios>; <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2017/01/crime-organizado-e-dividido-entre-27-faccoes-em-todo-o-pais-9194896.html>) divergem no quantitativo de facções, no entanto apresentam aquelas com maior abrangência e os grupos menores nessa grande indústria do crime.

40 pessoas que se encontravam no local ficaram feridas. Inquérito administrativo foi aberto para levantamento dos fatos.

Imagem 1: Vista da porta lateral do alojamento, 2016



Foto: Alzemiro Wilson Peres Freitas

Imagem 2: Vista do interior do alojamento, 2016



Fonte: Foto: Alzemiro Wilson Peres Freitas

As imagens do incêndio de 2016 trazem o que restou do ambiente e a gravidade do ato. No espaço, anteriormente, estavam a divisória para a biblioteca e salas de aulas (gradeadas) e o grande dormitório. O local somente fala agora, pelas imagens que foram produzidas, somente para os profissionais peritos em sinistros.

Nos anos de 2014 a 2015, teve-se a oportunidade de assim visualizar esse ambiente e como ele deixava entrever as falas, por meio de textos e imagens em suas paredes. O espaço possuía sua lógica de organização das pessoas, isto é, encontravam alojados nas camas, e seus respectivos pertences, em grupos por afinidade e ou pertencimento de acordo com as leis por eles estabelecidas e reproduzidas desde o regime fechado. Vale salientar que muitos não tinham a cama, por isso os colchões sob as outras. Por meio de indicações dos agentes de segurança do local ou mesmo pelo conhecimento dos Promotores de Justiça acompanhantes era possível se saber previamente como espaços de camas formavam nichos de afinidade ou de segregação.

Imagem 3: Visão parcial da distribuição dos objetos na URSA/ maio de 2015.



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Na parede da grande porta de entrada, a televisão se encontrava ligada, era o momento da visita de inspeção, a maioria dos reeducandos estavam

todos no pátio exterior, aguardando o momento para conversar com o promotor de justiça responsável com atribuição em execução penal.

O entrecruzamento de fios e aparelhos, como o televisor e um ventilador sobre os beliches de fios também evidenciava, naquele mês de março de 2015, as condições da instalação elétrica do local, bem com a própria infiltração na parede vinda do banheiro geral do grande dormitório, que ficava no cômodo contínuo.

Imagem 4: Objetos no cenário URSA/ maio de 2015



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Na parte interna do dormitório eram inexistentes inscrições ou cifras feitas pelos reeducandos, o espaço informava um campo neutro dos possíveis grupos.

Ao adentrar no banheiro, individual ou por representação de grupo as

paredes expunham suas mensagens e demarcações de territórios:

A indicação de que aquele território tem seus grupos determinantes, como o PCC e o CV, com inscrições: “ Melhor do que morrer é mandar o pilantra pro cachão” (caixão), o número 1533 como código que representa o PCC – a junção da 15ª letra do alfabeto, P, como a terceira letra do alfabeto, C, repetida duas vezes. Contudo, logo abaixo do escrito a lápis vem a mensagem, com letras maiores, em cor vermelha: “É nós aqui...” com o nome de um indivíduo, a mesma letra preenche outros escritos no banheiro, demarcando a presença do CV.

Imagem 5: As mensagens na parede

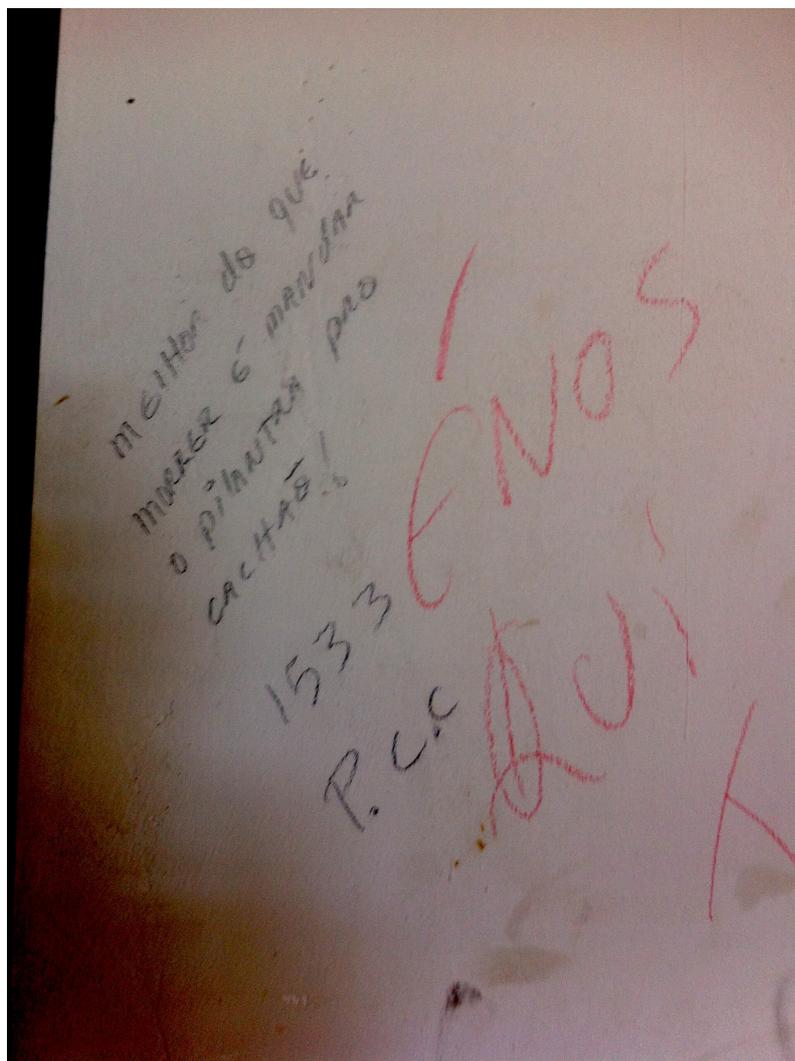


Foto: Geraldo da Silva Gomes

Na parede oposta à da entrada, novamente vem a referência à presença também do Comando Vermelho (Comando Vermelho Rogério Lemgruber – CVRL) e uma disputa foi feita com a inscrição do PCC, entremeio a ambas a letra

de outro indivíduo (que teve alfabetização visual, pois sua grafia é próxima a das letras de livros, verificado pela utilização das letras “a” e “b”) introduz uma qualificação, “vagabundo nato” ou para “RL ou para o PCC ou CV (as setas indicativas). Além disso, outro indivíduo escreveu “Tocantins e o que se presume ser um número de telefone. As manchas em marrom eram fezes.

Imagem 6: As mensagens na parede



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Uma menção à religião foi feita, mas atribuindo o poder terrestre para o PCC: “Só Deus pode com nós! 1533 PCC” vem logo abaixo das iniciais do Comando Vermelho, desenhadas como um grande brasão e logo acima delas, a mensagem “Contra a corrupção, Comando Vermelho).

Imagens 7: Vista geral



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Imagem 8: Detalhe



Foto: Geraldo da Silva Gomes

O combate gráfico representa simbolicamente as lutas por hegemonia de ambas as facções naquele momento na URSA, embora todos os reeducandos na conversa coletiva com o promotor de justiça apresentassem as mesmas preocupações com as condições de salubridade do ambiente, problemas com a alimentação, situações individuais relativas ao cumprimento específico das penas.

Fato marcante é perceber que a abreviação "PCC" tornou-se um acrônimo entre os reeducandos, também observada nos demais espaços de privação de liberdade em Palmas. Resultado de sua construção histórica, da

divulgação e repetição pela mídia ou gerenciada pelos encarcerados, o Primeiro Comando da Capital ao ser abreviado, início como sigla, acabou sendo usado como um gatilho comunicacional visual e gráfico, que “PCC” é uma marca, um estilo de vida com seu código sociocomportamental proposto para ser seguido. É uma grife do crime. Nos escritos das unidades de regime semiaberto e fechado, o acrônimo mesmo que pronunciado como sigla não necessita ser escrito ou dito como Primeiro Comando da Capital, é um signo que marca fortemente a presença e reforça os significados de unidade e proteção entre seus participantes (interpretamens).

O CVRL ou Comando Vermelho Rogério Lemgruber necessita do reforço de ser escrito como “Comando Vermelho” para expressar sua presença. A pronúncia apenas da sigla, CVRL, não sustenta fonética e acusticamente o peso do que pretende ser a facção; em algumas menções usam também CVTO para evidenciar ou o braço da grupo no Tocantins ou para sustentar que alguma dissidência se encontra em nascimento na região.

As duas facções possuem símbolos como bandeiras, não encontradas nos estabelecimentos visitados, entretanto, o uso das cores do PCC, que em vários locais utiliza-se da cor preta pelas Unidades dos Sistemas Semiaberto e Fechado é desenhada com o grafite de lápis e canetas de pincel de feltro com a cor azul. O CV mantém com a cor vermelha com gradação escarlate.

Além do combate gráfico, outras marcas do código de postura no espaço prisional foram se deixando entrever. As imagens do nu feminino, desenhadas ou pintadas, comuns a esses ambientes são pouco manifestas na URSA. Alguns, com habilidades para desenhar deixaram suas peças dependuradas nas paredes das salas de aula no estabelecimento. Entre visitas de 2014 a 2015, um conjunto de imagens chamou a atenção.

O primeiro deles traz a imagem de uma mulher desenhado a lápis, o autor usou a técnica do esfumaçamento com o grafite para dar acabamento e contraste na peça. O rosto da mulher está bem demarcado, o autor busca aludir as antigas fotos desenhadas de quadros antigos, muito comuns nas décadas de 40 a 70 no Brasil, períodos ainda sem muita expansão dos aparelhos fotográficos entre a população. A mulher traz dependurada uma corrente com detalhes e um pingente, a primeira vista o objeto recorda a um rosário dos cristãos católicos, mas o pingente não se remete a uma cruz. Logo a abaixo, vem a imagem incompleta de outra mulher.

Imagem 9: Imagem/ 2015

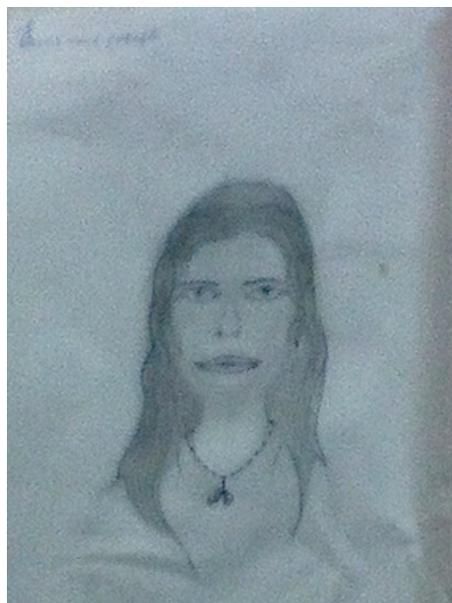


Foto: Geraldo da Silva Gomes

Buscou-se localizar o reeducando que havia produzido o material, estava ausente da URSA naquele momento. Especulou-se com as demais pessoas sobre quem seria aquela mulher. Alguns disseram que era tentativa do



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 2, Abril-Junho. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p201>

desenhista em retratar a mãe falecida, outros mais acrescentaram a informação de ser a esposa. Uns mais dramáticos já fantasiaram logo para a imagem da pessoa assassinada pelo autor. A última informação não procede, pois por sua ficha de identificação constava que sua pena tinha sido por tráfico de drogas, sem ter praticado atos de violência física, e fatal, para com as pessoas.

A outra imagem marcante remete a uma representação cubista que um dos reeducandos produziu sobre a figura feminina. A pintura foi realizada com tinta guache numa das atividades da escola, naquele momento, na URSA. O traço cubista se faz presente na decomposição e tentativa de geometrização das formas, sendo que o autor enquadrou com moldura vermelha e pincelou, sem o uso de esboço a lápis, a imagem desejada. As características do feminino para ele estão representadas no cabelo liso e alongado, sobrancelha sinuosa com 7 cílios longos, os olhos no formato de losango em guache amarelo tendo o globo ocular em azul e a íris em branco – em separado a decomposição do olhos se remete a um elemento comum em bandeiras de cidades ou países; a boca em guache vermelho é alongada com os lábios direcionados para baixo, em sinal de tristeza.

Imagem 10: “A mulher cubista” (2015)



Foto: Geraldo da Silva Gomes

No lado exterior da construção, na grande parede próximo a um terreno improvisado para servir de campo de futebol é que se pode visualizar, em meio às marcas de terra deixadas por bolas. O desenho é uma mulher de costas nuas usando somente uma calcinha – modelo “fio dental”- e com duas marcações negras em ambas as coxas que aludem a meias-calças ou ao elástico de uma cinta liga, - a figura evoca uma dançarina, por vezes apresentada em algumas novelas, séries e filmes em ambientes como o bar, a boate- algum espaço considerado marginal – ou apresentada em antigas revistas masculinas que trazia o nu feminino com vestuário e objetos fetichistas. A figura da mulher de

costas está entre duas disputas entre o CV e 1533 (PCC).

Imagem 11: "A mulher dançarina"/2015



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Adentrar nos ambientes prisionais requer uma "familiarização" com os artigos e respectivos números⁵ do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) entre tantos outros. A todo instante, os desenhos e mensagens, bilhetes, escutas dos apenados podem

⁵ Artigos mais comuns do Código Penal; artigos 121 (homicídio), 121 (14, II tentativa de homicídio), 129 (lesão corporal), 147 (ameaça), 148 (sequestro ou cárcere privado), 155 (furto), sequestro (158), 159 (sequestro e cárcere privado), 157 (latrocínio), 171 (estelionato), 180 (receptação), 288 (formação de quadrilha), 304 (falsificação). E os artigos 33 e 35, tráfico e associação para tráfico) da Lei 11.343/2006.

apresentar esses números. Cada um se vê como um número... Por meio das visitas de inspeção técnica, foi possível obter dias após um relato mais detalhado da CPPP naquele período.

A CPPP possui para os apenados dois pavilhões-galerias A, B e C. Cada um dos os pavilhões, A e B respectivamente, possuem 28 celas com custodiados cumprindo penas por tráfico de drogas, roubo e ou homicídio. Entretanto, é visível a divisão dos dois ambientes pelas facções. Ao A o PCC e ao B o CV. O pavilhão-galeria C é considerado ala especial contendo 5 celas, além dos custodiados civis e 1 cela reservada para os militares. Naqueles dias de início de 2016, a CPP contava com 516 apenados, sem mencionar o pessoal da empresa privada que fazia o gerenciamento do local e da polícia militar. Hoje, há uma estimativa para além de 700 custodiados. Esse número sempre é variável conforme o andamento dos processos no judiciário para aqueles que estão no final do cumprimento da pena em regime fechado. Todavia, o quantitativo não tende a baixar, sempre mantém num padrão que evidenciava a superlotação das celas.

Um dos primeiros textos visualizados e capturado como imagem de registro, na entrada do Pavilhão A, mais do que uma pergunta se mostrava ao leitor como uma autoafirmação do que se vive ali dentro ou um aviso aos passantes:

Imagem 12: "Questão ou afirmação?"

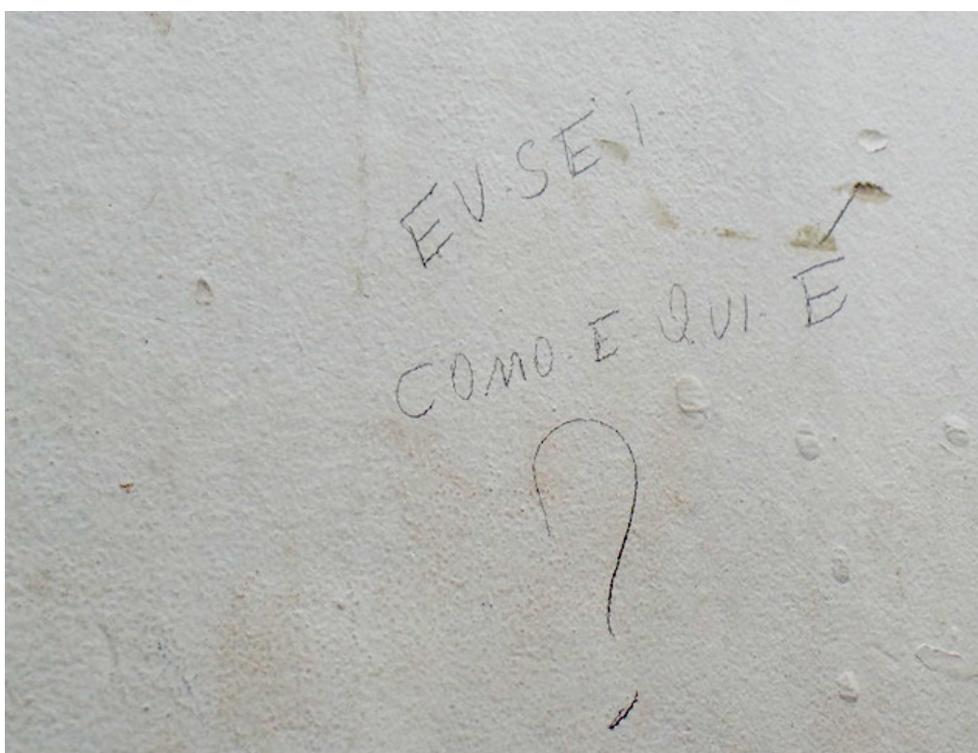


Foto: Geraldo da Silva Gomes

Referências à esfera religiosa ou de uma dimensão do sagrado, por meio de grupos religiosos atuantes nos ambientes, fazem-se presentes com as mensagens que os apenados escrevem nas paredes interiores das celas e ilustrações que ocupam grande espaços nas paredes dos corredores ou dos grandes pátios.

Imagem 13: "Tentativa de transcrição de trecho bíblico, João 14,6"

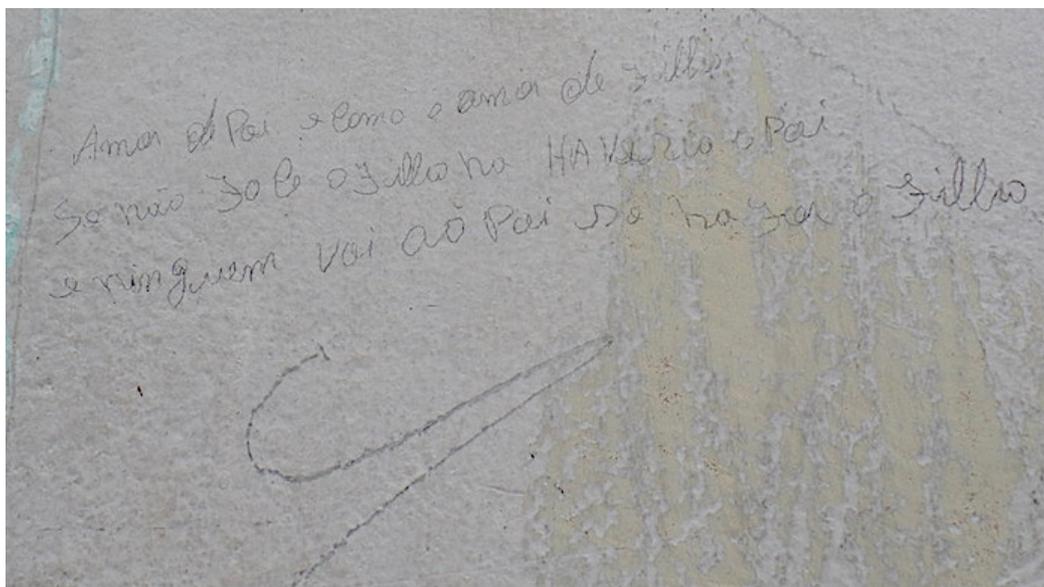


Foto: Geraldo da Silva Gomes

O símbolo do peixe dos primeiros cristãos encontra-se em paredes das celas e dos corredores. O símbolo signo original se remete a um peixe, pelos dois arcos contrários, com o tempo, aqueles que o utilizam sob regime de perseguição dos romanos, utilizaram-se da lógica do acróstico, isto é, da palavra peixe em grego (ΙΧΘΥΣ transcrita no alfabeto latino como ICHTHYS) transpuseram para "Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador" ou seja (IESOUS + CHRISTOS + THEO + HYIÓS + SOTER). O novo entendimento passou a ser utilizado ou escrito dentro dos dois arcos contrários. Contudo, outra camada de significação é dada ao acrônimo, o indivíduo que reproduziu o signo traz para dentro do peixe o cristão, talvez no caso ele em algum processo de conversão ou tentativa catequética de evangelização por imagens, e por cima do signo a

palavra "Jesus" (TRISTAN, 1996). O peixe está nadando em meio a várias tentativas de comunicação de outras pessoas, no caso, sem terem logrado o intento.

Imagem 14: O peixe e o cristão



Foto: Geraldo da Silva Gomes

A presença de transcrições de texto, mensagens motivacionais e imagens do cristianismo em sua vertente protestante, com maior representatividade com os grupos evangélicos, convive em meio à disputa das facções majoritárias, com estratégias e dispositivos políticos semelhantes a outras localidades no Brasil (Dias, 2005; Gonçalves, 2010; Jesus Filho (2010).

Imagem 15: Espaços



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Essa convivência entre grupos religiosos e facções criminosas fica evidente nos espaços ocupados por cada uma delas nos pátios (quadras) internos, separados por um grande e alto muro, em cada Pavilhão. Os elementos religiosos no viés de um evangelismo tradicional, estrategicamente, se centram em valores para possibilitar o apaziguamento interior dos apenados que ali se encontram. Ao deparar com a frase “Cristo vive” numa das colunas do corredor de um dos pavilhões, observa-se que a escrita aproxima-se do grafite

urbano e por hipótese, não confirmada sua veracidade ainda, produzida por alguém de uma geração mais nova encarcerada no local. Essa marca geracional também é dada pelo estilo de letras da arte do grafite urbano na palavra “Deus” na parede lateral do pavilhão. As cores azul para o PCC e vermelho para o CV continuam a se repetir e a se confrontar

Imagem 16: Espaços



Foto: Geraldo da Silva Gomes Um objeto que mais parece uma imagem, um quadro exposto na grande maioria das celas, é o televisor e o emaranhado de fios interligados perpassando pelos vitrês engradeados de cela em cela no compartilhamento de energia. A televisão como dispositivo para proporcionar ao telespectador o entretenimento-lazer, a formação educativa e a informação

(pelo menos é isso que se pensa a respeito numa esfera utópica) é assumido com outras mediações nos espaços do Semiaberto e da CPPP. Como vários pesquisadores vem observando ao longo das décadas passadas, a televisão é elo que traz o mundo exterior aos espaços de encarceramento (GOIFMAN, 1998), nas visitas de inspeção pode-se observar que não há proibição ou regramento visível para aparelho estar ligado em qualquer horário.

Imagem 16: A TV como imagem na parede



Foto: Geraldo da Silva Gomes

Os espaços carcerários são locais representativos da execução de uma cultura da punição social – a sociedade alija-se de si, tudo aquilo que por ela pode ter sido produzido direta ou indiretamente – , poucos se importam com a estrutura física das celas-dormitórios e banheiros, se existe ou não a devida

aeração, riscos de insolação e a ausência do devido condicionamento térmico, distância geográfica das edificações sem rede de transporte para acesso de visitantes; as prisões somente estão preparadas para receber os desvalidos e dejetos da sociedade. Nada além disso. E suas paredes falam de estratégias de resistência, de religiosidade, de organização e visões de mundo, é preciso olhares mais atentos e práticas mais efetivas e alternativas à essa cultura da punição existente.

Considerações Finais

O constante alerta sobre a falência do sistema prisional no Brasil foi mais uma vez realçado, agora midiaticamente, quando as rebeliões nos presídios saíram do pressuposto cenário clássico das unidades penitenciárias dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo no início do presente ano.

Embates constantes pela hegemonia política e econômica nos ambientes prisionais, as facções criminosas possibilitaram expressamente a existência de grupos organizados em crescimento ascendente, entre milhares de mortes, fugas e enfrentamento com as forças de segurança. As rebeliões, fugas e tentativas, capturas e o terror da violência explícita ocorreram em Manaus (AM) rebeliões ocorreram no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), na Unidade Prisional de Puraquequara e na Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa; em Boa Vista (RR) na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo; em Patos (PB) o Presídio Romero Nóbrega; em Natal, Nísia Floresta e Caicó(RN) a Penitenciária Estadual de Alcaçuz, o Presídio Provisório Raimundo Nonato Penitenciária Estadual do Seridó, em Caicó; na Bahia o Complexo Penitenciário da Mata Escura e



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 2, Abril-Junho. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p201>

Coordenadoria de Polícia Civil do Interior –Coorpin de Santo Antônio de Jesus; em Ibitiré (MG) o Complexo Penitenciário em Piraquara (PR).

Ao acompanhar o conjunto de imagens registrados pelos profissionais da mídia e pelos usuários-consumidores de redes sociais e aplicativos digitais – ávidos pelo repasse da informação sensacionalista- vem a sensação de que se viveram dias de massacre em muitos desses locais. Em alguns dos lugares bandeiras estavam levantadas ao ar, em outros siglas e abreviações da facções marcavam os grandes e altos muros, os pátios-quadras e até mesmo nas paredes próximas de locais com pessoas mortas empilhadas.

No Estado do Tocantins ocorreu um motim na CPP de Palmas, em fevereiro, com presente tensão nas demais unidades prisionais e organismos de inteligência e segurança atentos à movimentação das facções. Outras mensagens e imagens devem estar coexistindo com os anteriores, ou pelas exigências do órgãos de fiscalização, alguns do espaços foram reformados e por isso, o que existia foi apagado ou escondido sobre alguma camada de tinta.

As facções possibilitam a criação de novas linguagens, microestéticas e processos comunicacionais, bem como dos integrantes das organizações que trabalham na prevenção e segurança da sociedade. O estudo é apenas resultante de uma primeira análise aproximativa dessa realidade, muitas questões são levantadas a cada olhar sobre os registros realizados. O importante é a busca de entendimento sobre espaços nos regimes semiaberto e fechado em Palmas-TO. Nos espaços existem sujeitos em situações de contínuo conflito, aumentar os estudos sobre tais espaços e realidades auxilia na sinalização de possibilidades de respostas para tão grave problema na sociedade brasileira.

Referências

- BLAKE, B. J. **Secret language**. New York: Oxford University Press, 2010.
- BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Lei de execução Penal – LEP**. Lei no 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 11 de Mar. 2017
- BATISTA, V. M. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- CABRAL, G. D. **A participação da sociedade na execução penal**: mecanismo de melhoria da prestação jurisdicional no sistema carcerário de Palmas, estado do Tocantins. 2015.34f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2015.
- CALDAS, H. e S. F. **O trabalho como fator de resgate da cidadania dos reeducandos do sistema penitenciário da comarca de Araguaína**: prevenção à reincidência. 2016.105f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2016.
- CARVALHO, S. **O papel dos atores do sistema penal na era do punitivismo**. Rio de

Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DIAS, C. C. N. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo?** Conversão religiosa, ambigüidade e tensão entre presos evangélicos e massa carcerária. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONÇALVES, J. A. T. **Assistência religiosa e suas barreiras:** Uma leitura à luz da LEP e do Sistema Prisional, <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/viewFile/2782/2561>, acesso em 12/03/2017

GOIFMAN, K. **Valetes em Slow Motion** - a morte do tempo na prisão: imagens e textos. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1998.

GOMES, G. da S. Comunicação, semiótica e produção de sentido a partir as imagens e textos de jovens no Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas-TO. **Revista Observatório**. [S.l.], v. 2, n. 4, p. 190-230, out. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2507>>.

GONZAGA, F. C. **Execução penal dialógica:** um caminho para a efetiva reinserção social do apenado. 2015. 68f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2015.

JESUS FILHO, J. de. Liberdade Religiosa e prisão. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, 82/362-386, São Paulo: RT, jan.-fev. 2010. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/viewFile/2782/2561> acesso em 12/03/2017

JESUS FILHO, J. de. Prisões brasileiras e colombianas na mesma margem. In: **Margem Esquerda**. Ensaios Marxistas. São Paulo: Boitempo, 2006, nº 8, p. 54-57 (Dossiê Violência Urbana).

MIRANDA, W. G. **Regressão do cumprimento de pena de reeducandos do regime semiaberto da Comarca de Porto Nacional-TO no período de 2011 a 2015**. 2017.117f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2017.

NARDO, D. **Diagnóstico e proposta de unificação ao regime semiaberto na terceira entrância do estado do Tocantins**. 2017.152f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2017

NUNES, C. J. D. **Reintegração social da pessoa presa na comarca de Miranorte**: uma proposta de implementação do método Apac. 2016.91f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2016.

OLIVEIRA, J. O. da S. Z. de. **Justiça restaurativa como alternativa para a solução de conflitos na órbita criminal**. 2015. 108f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2015.

PARO, M. L. **Visita íntima na unidade prisional feminina de regime fechado e provisório de Palmas/TO**: sentidos e significados analisados sob o enfoque

fenomenológico. 2016.121f. Relatório Técnico (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2016.

ROSTIROLLA, L. **A adoção das parcerias público-privadas no sistema prisional como medida efetiva para reinserção social dos presos.** 2015. 104f. Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2015.

SILVA, A. L. A. **Retribuição e história:** para uma crítica do sistema penitenciário. 2012. 232 fl. Tese. Doutorado em Serviço Social. CCSA. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

TRISTAN, Frédérick. **Les premières images chrétiennes:** du symbole à l'icône. Paris: Fayard, 1996.